



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO Nº _____, DE 2023
(Do Senhor Deputado **JUNIO AMARAL**)

Requer a convocação da Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, para prestar esclarecimentos sobre os projetos de conservação ambiental realizados por Organizações Não Governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, financiadas com recursos do Fundo Amazônia.

Senhora Presidente,

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 24, IV e 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a convocação da Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, para prestar esclarecimentos sobre os projetos de conservação ambiental realizados por Organizações Não Governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, financiados com recursos do Fundo Amazônia e indicados pelo Ministério.

JUSTIFICATIVA

O presente Requerimento se baseia nas informações publicadas pela imprensa nacional e documentos apurados pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal que investiga a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a



utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até janeiro de 2023.

Em 27 de outubro de 2023, expediente da Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC encaminhou ao Senador Plínio Valério, Presidente da CPI das ONGs, solicitando informações sobre repasses feitos ao Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM oriundos do Fundo Amazônia.

O presidente da CPI, Plínio Valério (PSDB-AM), mensurou que os levantamentos da CPI indicam que o IPAM já recebeu R\$ 780 milhões desde que foi criado. E criticou o fato do orçamento de 2022 da ONG, que foi de R\$ 39 milhões, mostrar que mais de 50% do arrecadado serviu para pagar os salários dos funcionários da instituição.

E se for somado o que a ONG gastou com viagens, parcerias e consultorias, foi consumido perto de R\$ 30 milhões, mais de 80% do orçamento, com a própria estrutura. Plínio acrescentou que os R\$ 24 milhões que a ONG recebeu do Fundo Amazônia seguiu o mesmo padrão, com apenas uma quantia "irrisória" chegando a população amazônica.¹

Sabe-se que boa parte das ONGs e OSCIPs que atuam na região têm como objetivos questões relacionadas ao meio ambiente, desse modo, nos parece pertinente a vinda da Ministra responsável por essa área, com a finalidade de compreender a visão do Ministério acerca da atuação dessas entidades e, também, entender de que forma essas entidades paraestatais influenciam na formulação de políticas públicas para o setor, bem como a participação delas na execução dos programas ministeriais.

Com isso, questionamentos foram suscitados sobre a atuação da Ministra, a qual poderia estar atuando para privilegiar determinadas ONGs no âmbito da distribuição do Fundo Amazônia.

Portanto, tendo em vista as competências da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, seu acompanhamento e fiscalização orçamentária e operacional da União, bem como das entidades da

¹ Disponível em: www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/17/ong-bancada-por-dinheiro-estrangeiro-e-questionada-em-cpi



administração direta e indireta, se faz necessária a convocação da Ministra de Meio Ambiente e Mudança do Clima para fins de esclarecimentos quanto aos repasses do Fundo Amazônia e o cumprimento de suas finalidades nas aplicações pelas entidades beneficiadas.

Assim, peço e conto com o apoio dos nobres Pares na aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 22 de novembro de 2023.



Deputado JUNIO AMARAL – PL/MG

